

Cinco momentos da discussão dos paradigmas sociológicos universalizantes no Brasil

Daniel Lopes BRETAS (doutorando em sociologia política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Licenciado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: daniel.lope.bretas@gmail.com)

Acreditamos já haver um volume de reflexões de diferentes gerações de intelectuais e pensadores que deveria ser suficiente para se compor um quadro geral de uma sociologia do conhecimento “à brasileira” no tópico da recepção e apropriação das ideias e (especialmente) paradigmas estrangeiros no Brasil. Somos os primeiros, não obstante, a reconhecer que estas reflexões estão geralmente dispersas, quando não pulverizadas, e muitas vezes parecem reportar-se mais a objetivos “denuncistas” que epistemológicos, no sentido de que não propõem-se a analisar, descrever e especular objetivamente sobre como esta recepção e apropriação se dá e quais seus efeitos.

Embora, a princípio, nada impeça que as inferências que faremos aqui sejam aplicadas a outras realidades nacionais, especialmente a outros países latinoamericanos e a outros países “em desenvolvimento”, “semiperiféricos”, “não-centrais” ou “emergentes”, destacamos que este texto foi escrito por um brasileiro, influenciado por circunstâncias e debates presentes na academia e na intelectualidade brasileira, tentando entender como as especificidades do processo brasileiro se dão. (Mesmo quando esboçamos comparações com outros países latinoamericanos, nosso objetivo aqui é tentar compreender aspectos que diferenciem e expliquem o caso brasileiro.)

Exclusivamente para fins de exposição, este texto está dividido em três tópicos.

O primeiro tópico compõe-se da apresentação de cinco momentos distintos na história intelectual brasileira em que percepções críticas a uma inadequação a-crítica dos paradigmas estrangeiros foram divulgados, seguidos de um “sub-tópico” com alguns comentários.

O segundo tópico deste capítulo é composto de reflexões e comparações entre o Brasil e as nações de fala espanhola da América Latina, algumas breves considerações sobre formas de recepção fora do Ocidente central e discussões sobre o que se poderia esperar do intelectual latinoamericano consideradas relevantes para nosso tema compõe. Tentaremos esboçar o que exatamente neste processo é especificamente brasileiro, e por quê. Como veremos, acreditamos existir razões para defendermos que, na forma como ocorrem, tais processos são especificamente brasileiros, e não universais, ou mesmo latinoamericanos em seu conjunto. De fato, acreditamos que o Brasil recebe, por motivos históricos e sociológicos, os paradigmas estrangeiros de uma forma significativamente distinta da América espanhola.

O terceiro tópico reflete acerca da temática levantada ao longo do texto.

1.1 Primeiro tópico: Cinco momentos das “Ideias fora do lugar”

O primeiro momento é a publicação da *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero em 1888. Embora fosse possível integrá-la à emergência da Escola do Recife, ou escola “teuto-sergipana”, nos concentramos nesta obra de Romero.

O segundo momento é a década de 1930, na qual parecia ser uma ideia amplamente difundida que havia uma distância entre o Brasil legal (construção intelectual de elites “bovaristas”) e o Brasil real, concepção esta disseminada em todo o espectro político.

O terceiro momento é o debate entre a visão “particularista” de Alberto Guerreiro Ramos e a visão “universalista” de Florestan Fernandes do pensamento sociológico produzido no Brasil na década de 1950.

O quarto momento é a publicação do artigo “As idéias fora do lugar”, de Roberto Schwartz, publicado originalmente em 1973, e suas repercussões, incluindo as manifestações de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso.

O quinto e último momento é um ensaio do sociólogo Bernardo Sorj sobre o “cosmopolitismo paroquialista” existente na academia brasileira, texto este de um intelectual “meio estrangeiro” (mesmo que esteja atualmente bastante integrado a vida acadêmica brasileira, Sorj fez sua trajetória intelectual pregressa, incluindo graduação e pós-graduação, em Israel e na França).

Este processo de tentar compor um marco teórico a partir de cinco momentos distintos pode parecer estranho, mais próximo de um exercício descritivo-histórico do que de um esforço teórico-metodológico; mas acreditamos perfeitamente justificado, por dois motivos centrais. Primeiro, não existe um conjunto unívoco de conceitos ou instrumental teórico para discutir os processos das “ideias fora do lugar” na bibliografia que conhecemos sobre o Brasil. Embora alguns dos melhores intelectuais brasileiros (e também da Hispanoamérica, como veremos em outro tópico) tenham refletido acerca desta temática, sua mensagem não foi seguida, refinada ou operacionalizada por pósteros, que de qualquer forma parecem relutantes em se concentrar sobre ela.

Isso nos leva ao segundo motivo. Não existe um acúmulo de reflexões, aperfeiçoamento teórico ou refinamento epistemológico entre os diferentes momentos que o problema emerge; de fato, a questão das “ideias fora do lugar” parece emergir (pelo menos) cinco vezes independentes na história intelectual brasileira, ao longo de cento e vinte anos. (Isso poderia inclusive ser apresentado como um argumento bastante razoável a favor da crença de que a denúncia recorrente corresponda a uma realidade social objetiva.) Um indício de que não existe continuidade entre estas discussões é que, a crermos no exposto por Antonio Candido acerca de Silvio Romero, a metodologia mais sofisticada e percuciente é a mais antiga (ou seja, a de Romero), metodologia que não é recuperada em nenhum dos quatro momentos posteriores.

1.1.1 Primeiro momento: breve introdução ao método crítico de Silvio Romero¹

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero foi juntamente com Tobias Barreto um dos dois expoentes da chamada Escola do Recife, ou escola “teuto-sergipana”. Candido, em seu trabalho acerca de Romero, centrou-se em sua obra *História da Literatura Brasileira*, publicada originalmente em 1888 e em edição expandida em 1902, postura que adotamos aqui.

Candido refere-se ao fato de que uma das razões para se estudar Romero é justamente que o próprio autor foi um “divulgador alvoroçado” e talvez não suficientemente crítico de paradigmas estrangeiros.

O segundo motivo [para se estudar Sílvio Romero] é que, talvez, a discussão desenvolvida a propósito da crítica naturalista apresente certa atualidade, num momento de revisão das ideias críticas entre nós. Sob este aspecto, poder-se-ia falar em progênie vivaz de certos defeitos de Sílvio, embora nem sempre de suas grandes qualidades. (...) Ainda mais, o nacionalismo por vezes deformante, que subordina a apreciação a critérios de funcionalidade - agora, paradoxalmente, de parceria com um alegado rigor de análise formal, que corresponde simetricamente ao “cientismo”, de que se gabava o velho Sílvio. Junte-se a isto o alvoroço na divulgação de ideias estrangeiras, sem muito

¹ Neste tópico faremos uso extensivo da obra, originalmente tese de doutorado, do teórico literário Antonio Candido, *O método crítico de Silvio Romero* (São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.), assim como, para efeitos de contextualização, empregamos o quarto volume da obra de Wilson Martins, *História da Inteligência no Brasil* (2ª. Edição, São Paulo: Editora Cultrix, 1979), volume este que se refere ao período 1877-1896, além de do tomo primeiro de *História da literatura brasileira – Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*, do próprio Silvio Romero (Rio de Janeiro: José Olympio Editora: 1943)

sistema, sem digestão adequada, com uma fome comovedora de autoditada - que tudo quer aproveitar e, sem perceber, acaba no ecletismo e na ilusão de originalidade².

Candido nos recorda que Romero estava reagindo contra a passividade intelectual da crítica literária anterior³, que sentia a necessidade de mudança⁴, e que gerou sua proposta de mudança influenciado profundamente por autores estrangeiros⁵. Machado de Assis, um autor bastante criticado por Romero e talvez por isso menos suscetível a suas concepções, indicou com argúcia o dogmatismo que se formava em Romero e o “perigo de substituir-se um preconceito por outro”⁶. Mas este dogmatismo, assinalado também por Candido meio século depois, não impediu que Romero descrevesse de forma bastante inteligente alguns dos aspectos da intelectualidade brasileira. Nasíntese de Candido,

No Brasil, qualquer estudo de história intelectual revela imediatamente a ausência duma linha brasileira. As influências não se organizaram dentro da nossa cultura, mas vêm de fora, de tal modo que, ao contrário dos países cultos, não há aqui evolução - um pensador ou um artista seguindo a outro. O padre Patrício, por exemplo, “leu São Tomás e Gioberti e fez-se teólogo e sectário apriorista do absoluto”; Tobias [Barreto] leu “Schopenhauer e Hartmann, depois de haver lido Comte e Haeckel, e tornou-se um crítico imbuído da grande idéia da relatividade evolucionar e um tanto impregnado de salutar pessimismo. Que laço os prende? Não sei. É que a fonte onde nutriram as suas idéias é extra-nacional.” A realidade da imitação, imperativo da nossa formação mental, se impôs a Sílvia e foi de grande importância no sentido de mitigar o determinismo rígido, sugerido pelos mestres europeus. Um nome como Taine, falando de La Fontaine, podia sentir na obra dele as raízes seculares no solo, o lento evoluir da raça, a impregnação de valores puramente franceses, ou ocidentais. No ensaio sobre a escultura na Grécia, determinava com aparente rigor o amadurecimento de um povo entregue às condições do meio. Como fazer o mesmo no Brasil, onde as manifestações intelectuais deviam tanto, e às vezes mais, às sugestões européias do que à voz abafada das tradições nacionais, ainda sem fisionomia imperativa? Sílvia foi bastante inteligente para sentir o fenômeno, e isto influenciou nas suas concepções como um freio que, sob certos aspectos, tornou-o mais compreensivo ao fator individual do que os seus mestres europeus.⁷

Candido destaca como a obra romeriana acaba por ser inovadora, rompendo com o paradigma intelectual herdado:

Deste modo, para estudar uma obra original e inconformada [a de Tobias], Sílvia é obrigado a romper a estreiteza dos quadros deterministas e apelar para a ação do indivíduo. Talvez lhe parecesse que Tobias não poderia ser explicado pelo critério do condicionamento direto, meio + raça + momento = escritor [proposto por Taine], ou, antes faculté-maître; mas sim pelo condicionamento indireto: meio + raça + momento

²CANDIDO. *Op.cit.* A citação é da página 13.

³CANDIDO. *Op.cit.* Página 25.

⁴CANDIDO. *Op.cit.* Página 29.

⁵CANDIDO. *Op.cit.* Página 30. A influência alemã encontra-se presente, embora através de divulgadores franceses: “Sílvia esteve provavelmente sujeito ao fenômeno, tão freqüente no Brasil, da mediação cultural francesa. Em 1879, Herculano Bandeira já assinalava que as suas análises, em A filosofia no Brasil, são feitas com dados colhidos em Taine, na parte da crítica ao espiritualismo e ao ecletismo francês.” Esta citação é da página 31.

⁶CANDIDO. *Op.cit.* A citação é das páginas 34-5.

⁷CANDIDO. *Op.cit.* A citação é das páginas 54-5.

= meio social; o meio social interagindo, com as ideologias já constituídas, produz o escrito.⁸

Romero assinala que a imitação estrangeira como um dos cinco fatores de formação da brasilidade⁹. Candido, um teórico literário que produziu ele próprio obras bastante percucientes do ponto de vista sociológico, chama a atenção para o tato sociológico de Silvio Romero¹⁰.

1.1.2 Segundo momento: Brasil “legal”/Brasil “real”

As décadas de 1920/1930 foram um momento de intensa denúncia da inadequação das ideias herdadas para explicar as realidades políticas e sociais brasileiras, ideias estas que tinham sido, conscientemente ou não, instrumentalizadas por elites “bovarianas” – para empregar o termo do cientista político e analista posterior Raymundo Faoro. Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, escreveu em *Raízes do Brasil*:

Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra¹¹.

Sendo que trechos como este motivaram comentários como o de Brasília Sallum Jr., acerca de *Raízes*:

Outra saída “superficial e enganadora” seria tentar reformar a vida política impondo-lhe “sistemas, leis ou regulamentos de virtude” provada em outras sociedades. A crença, aliás, de que os bons governos e a boa sociedade dependem da sabedoria e da coerência das leis teria presidido, segundo o nosso autor, toda a história dos países ibero-americanos, desde a independência. Adotamos as fórmulas da Revolução Francesa ou da república norte-americana ajustando-as aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais. As mudanças, assim, teriam sido mais de “aparato” que de “substância”.

É justamente o exame da “substância” das fórmulas institucionais que se apresentam como “saídas” para o descompasso entre sociedade e política a que permite a Sérgio Buarque criticá-las agudamente¹².

Assim, não somos apenas nós que notamos esta tendência em *Raízes do Brasil*.

Outro exemplo possível de tal crítica poderia facilmente ser apontada na obra de outro intelectual paulista, Paulo Prado, na obra *Retrato do Brasil*, publicado originalmente em 1928. No “Post-Scriptum”, Prado anota:

O analfabetismo das classes inferiores – quase de 100% – corre parrelha com a bacharelise romântica do que se chama a intelectualidade do país. Sem instrução, sem humanidades, sem ensino profissional, a cultura intelectual não existe, ou finge existir em iletrados mais nocivos que a peste. Não se publicam livros porque não há leitores,

⁸CANDIDO. *Op.cit.* A citação é da página 55.

⁹CANDIDO. *Op.cit.* A citação é da página 64.

¹⁰CANDIDO. *Op.cit.* A citação é da página 74. Candido também lembra que Romero expressa uma valorização do mestiço na sociedade brasileiro em parte por testemunhar a ascensão em sua época deste a todos os cargos da vida pública, inclusive ao de diplomata, na página 98.

¹¹Citado em SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. Estudos CEBRAP, jan 1973. pp.151-161. A citação está na página 152.

¹²SALLUM Jr., Brasília. “Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil” pp. 235-256. IN: MOTA, Lourenço Dantas (org). *Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico*. 3ª. Edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

não há leitores porque não há livros. (...) Um vício nacional, porém, impera: o vício da imitação. Tudo é imitação, desde a estrutura política em que procuramos encerrar e comprimir as mais profundas tendências da nossa natureza social, até o falseamento das manifestações espontâneas do nosso gênio criador. (...) Imitação quer dizer importação. Nesta terra, em que quase tudo dá, importamos tudo: das modas de Paris – idéias e vestidos – ao cabo de vassoura e ao palito. Transplantados, são quase nulos os focos de reação intelectual e artística. Passa pelas nossas alfândegas tudo que constitui as bênçãos da civilização: saúde, bem-estar material, conhecimentos, prazeres, admiração, senso estético¹³.

O acadêmico e ensaísta Gilberto Freyre assinala de forma poética sua afinidade com as vanguardas não-ocidentais: “Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase que conheci Boas¹⁴”, um indício interessante de que a elementos da intelectualidade brasileira dispunha de indivíduos cosmopolitas o suficiente para traçar este tipo de paralelo¹⁵.

Eis um trecho acerca de um período anterior (1921), sobre as ideias que eram disseminadas na época:

Em 1921, uma voz renovadora, extraviada em breve no racismo mítico, lembrando Kipling, conta que os macacos haviam ocupado uma cidade abandonada, libertando-se da inferioridade da floresta. ‘Entretanto, não sabiam para que haviam sido destinados aqueles edifícios, nem como se servirem deles. Sentavam, às vezes, todos, em círculo, no vestíbulo que dava para a Câmara do Conselho Real; coçavam-se e catavam as pulgas do pêlo – e tinham a pretensão de ser homens... Como os macacos de Kipling’ – prosseguia – ‘imitamos: eles – os homens; nós – os super-homens. Isto é, os que julgamos superiores a nós, os criadores, os requintados, os progressistas, os que estão, lá do outro lado do mundo, fazendo civilização. Cada vez que um desses fazedores de civilização se mexe para fazer uma revolução ou para fazer a barba, nós, cá do outro lado, ficamos mais assanhados do que a macacaria dos junglais. De uns copiamos a forma de governo e os modos de vestir, os princípios da política e os padrões das casimiras – os figurinos, os alfaiates e as instituições. De outros copiamos outras cousas: as filosofias, mais em voga, as modas literárias, as escolas de arte, os requintes, e mesmo as suas taras de civilizados. De nós é que não copiamos nada. E temos assim com a bicharia do apólogo kiplinguiano estes pontos em comum: a inconsciência, a volubilidade e... o ridículo’.¹⁶

¹³ PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 10ª. Edição, revista e ampliada, organizada por Carlos Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. A citação é da página 139. Uma breve discussão da reação a esta obra, principalmente junto ao ufanistas, encontra-se em CALIL, Carlos Augusto. “Paulo Prado, entre tradição e modernismo” IN BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil*. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. pp.132-143.

¹⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da literatura brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51a. Edição. São Paulo: Global, 2006. A citação é do prefácio, página 31.

¹⁵ A guisa de contextualização, reproduzimos a passagem que o historiador britânico Eric Hobsbawm escreve em sua obra *A era dos impérios*: “Eles [os intelectuais russos] eram – e enquanto nativos do que era *par excellence* o país atrasado da Europa não poderiam ser outra coisa – modernizantes, isto é, “ocidentalizantes”. (...) Os populistas [um dos grupos de intelectuais russos] eram modernizantes. A Rússia de seus sonhos era nova – uma Rússia de progresso, educação e produção revolucionária – mas socialista e não capitalista. (...) Por outro lado, a Rússia precisava rejeitar as tradições da Europa ocidental – incluindo as formas de seu liberalismo e doutrinas liberais –, porque o país não possuía tais tradições”. A citação é da página 182.

¹⁶ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Volume 2. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979. A citação é da página 672.

Um autor discutido por Sérgio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil*, José Francisco de Oliveira Vianna, afirmava escrever no mesmo ano:

No Brasil – dizia eu em 1921 – cultura significa expatriação intelectual. O brasileiro, enquanto é analfabeto, raciocina corretamente e, mesmo inteligentemente, utilizando o material de observações e experiências feitas sobre as coisas que estão ao redor dele e ao alcance dos seus sentidos, e sempre revela em tudo este inalterável fundo de sensatez, que lhe vem da raça superior originária. Dêem-lhe, porém, instrução; façam-no aprender o francês, levem-no a ler a *História dos girondinos*, de Lamartine, no original – e então já não é o mesmo. Fica ‘homem de idéias adiantadas’, cai numa espécie de êxtase e passa a peregrinar – em imaginação – por ‘todos os grandes centros da Civilização e do Progresso’. Se, acordando-o da hipnose, damos-lheumsafanão e desfechamos-lhe, à queima-roupa, uma pergunta concreta e precisa sobre as possibilidades da ‘siderurgia no Brasil’, ou sobre o ‘valor seletivo do zebu na pecuária do Triângulo mineiro’, ele nos olha atônito, num estado de imbecilização sonambúlica; ou então entra a dizer coisas disparatadas sobre rebanhos ingleses e australianos; ou desenvolve, um pouco confusamente, os primeiros capítulos de uma *Filosofia das aplicações do ferro na economia contemporânea*. Sobre o *nosso* problema siderúrgico ou sobre o *nosso* problema pecuário ele não dirá, porque nada sabe, nem mesmo poderá saber, dado esse estado particular do seu espírito.¹⁷

Lembramos *en passant* que a ideia de que nossas políticas públicas não foram feitas para a nossa realidade também comparece na prosa da época: “- A nossa lei de férias, como tôda a nossa legislação sobre o trabalho, é macaqueação do estrangeiro, mas pela metade, meu caro, cretinamente pela metade.”, nos diz um dos personagens do escritor Marques Rebêlo na obra *Marafa*¹⁸.

A respeito do período, parece-nos importante destacar dois aspectos. Primeiro, não existe uma única resposta sobre como se superar a deficiência percebida; mesmo os produtos ideológicos que se propunham a mais histrionicamente afirmar a nacionalidade brasileira, como o integralismo de Plínio Salgado, bebiam copiosamente de paradigmas político-intelectuais estrangeiros, e autores como Buarque de Holanda e Freyre partem seus ensaios descritivos sobre a cultura brasileira dos autores e paradigmas empregados no Ocidente central (Freyre da academia estadunidense, então repleta de emigrados europeus, Sérgio Buarque da academia francesa e alemã).

Segundo, este processo não era específico do Brasil, ou mesmo exclusivo da América Latina. Basta lembrar que, no Ocidente “central”, está surgindo o paradigma econômico keynesiano, que recomenda políticas públicas bastante diversas das políticas públicas demandadas pelo paradigma econômico neoclássico então vigente, assim como nos Estados Unidos está se questionando a ideia central do caráter da fronteira como espaço da constituição da nação¹⁹. O que nos interessa aqui não é afirmar que o Brasil é o único país (ou a América Latina a única região) em que na década de 1930 estão ocorrendo processos críticos acerca das explicações nacionais e dos paradigmas clássicos (o papel do Estado diante da sociedade civil e do mercado, por exemplo), mas chamar a atenção para a

¹⁷ OLIVEIRA VIANA, Francisco José. *Instituições políticas brasileiras*. Segundo volume. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 1974. A citação é das páginas 18 e 19.

¹⁸ RÊBELO, Marques. *Marafa*. (6ª. edição?) Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1947. A citação é da página 38. O personagem que emite esta opinião é Baltazar, um funcionário público, em um diálogo com um amigo também funcionário da mesma repartição. A obra *Marafa* ganhou o prêmio Machado de Assis.

¹⁹ A ideia da fronteira encontra-se em TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in the American history*. Nova York: Holt, Rinehartand Winston, 1963. A proposta de Turner é contraposta de forma bastante sofisticada aos mitos brasileiros de constituição da nação na conclusão da obra de MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria*. São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1997, obra esta que constava na lista de Geografia do CACD de 1998 e de 2005 a 2010.

especificidade de um dos elementos do discurso que acompanha esta emergência: parte da contestação aos paradigmas estabelecidos é dada através da denúncia recorrente, presente em setores bastante diversos do espectro político, de que estaríamos “macaqueando os estrangeiros”, de que as nossas instituições seriam estrangeiras etc.

1.1.3 Terceiro momento: o debate entre Alberto Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes

Na ciência social brasileira dos anos 50 teve lugar um interessante debate entre Florestan Fernandes, líder da escola sociológica da Universidade de São Paulo, e Guerreiro Ramos, responsável pela área de sociologia do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros, localizado no Rio de Janeiro). Lido fora do calor do contexto, e deixando de lado a característica de personalizar as críticas e uma certa verborragia filosofante de Guerreiros Ramos e a linguagem tortuosa e por vezes incompreensível de Florestan Fernandes, resta uma problemática relevante que a história intelectual brasileira tende a evitar, embora ressurja periodicamente. O debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos nos remete ao tema da universalidade e da particularidade do conhecimento social, tema difícil e delicado, pois facilmente pode escorregar para posições ideológicas ou outras formas de argumentação que constroem critérios de validação extracientíficos que destroem a possibilidade da comunicação racional. Fundamentalmente, o argumento de Guerreiro Ramos é uma defesa da visão historicista da sociologia: “... habitualmente o sociólogo utilizava a produção sociológica estrangeira, de modo mecânico, servil, sem dar-se conta de seus pressupostos históricos originais...” (op. cit. p.9). Este argumento geral vai acompanhado de uma proposta metodológica — a redução sociológica — adequada às condições sociais nacionais. Essa metodologia enfatiza a necessidade dos sociólogos produzirem um tipo de pesquisa e conhecimento afins com a realidade de um país pobre e dependente como o Brasil. Os três principais postulados da redução sociológica eram: a) a prioridade da elaboração de interpretações de conjunto da sociedade, b) o princípio da subsidiaridade pelo qual “... toda produção científica estrangeira é, em princípio, subsidiária” (p.113), c) a realização de pesquisas, numa situação de recursos escassos, que focalizem os problemas centrais do país, aliada à crítica à aceitação de financiamentos externos cujo propósito seria deslocar a agenda de pesquisa nacional. Florestan Fernandes não confronta diretamente o argumento de Guerreiro Ramos. O que ele defende é um ideal de trabalho científico de aproximação ao padrão internacional. Nesse sentido valoriza os estudos de caso, uma separação maior entre filosofia e sociologia e a constituição de uma comunidade diferenciada de cientistas, que trabalhem de acordo com critérios universais de validação dos resultados da pesquisa social.

A reconstrução posterior desse debate levou a formular dicotomias quando o que existia eram ênfases distintas e dilemas não totalmente resolvidos por nenhuma das partes. Apresentar, por exemplo, a confrontação entre Guerreiros Ramos e Florestan Fernandes como expressão de contextos sociais diferentes, em que São Paulo representaria uma visão moderna de uma sociedade civil diferenciada, com uma comunidade científica autônoma, e o Rio de Janeiro como produtor de intelectuais atrelados ao Estado e à formulação de agendas governamentais, é no mínimo uma simplificação injusta (que inclusive esquece a importância da Universidade do Brasil e a escola de sociologia liderada por Costa Pinto ou o Departamento de Antropologia do Museu Nacional).

O próprio ISEB não era um conjunto homogêneo, e Guerreiro Ramos, embora influenciado pelo discurso nacionalista, sempre criticou os colegas que essencializavam a nação, defendendo a universalidade e autonomia da vida científica. Florestan Fernandes, por sua vez, na segunda fase de sua vida intelectual, depois da cassação da USP, reconheceu a

importância de interpretações de conjunto da sociedade brasileira e de uma maior aproximação entre ciência e militância social.

Além dessas tendências, não podemos esquecer o importante lugar ocupado pelo marxismo, em particular através de intelectuais próximos ou militantes do Partido Comunista, que eram críticos do nacionalismo do ISEB e nesse sentido convergiam para o universalismo da USP, embora distantes da sociologia eclética de Florestan Fernandes. Também vale notar, a partir de uma perspectiva de trajetórias sociais, que, apesar de posições intelectuais até certo ponto opostas, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos compartilhavam uma origem social comum — o primeiro, oriundo de uma família extremamente modesta, e o segundo, mulato — que exigia de ambos um esforço particular de diferenciação para ocupar posições numa sociedade fortemente elitista.

O novo clima político dos anos 60 e as transformações produzidas pela ditadura (tanto de censura e repressão como de expansão econômica e do sistema científico) mudaram boa parte dos termos, assim como a atualidade do debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes. Com o golpe militar de 1964, o banimento do ISEB, as cassações e perseguições de intelectuais, em particular a partir de 1969, deu-se uma ruptura com o passado e uma radicalização de boa parte dos intelectuais, em nível nacional²⁰.

Note-se que Florestan Fernandes, em livro dedicado a educação no Brasil, não apenas faz referência ao estranhamento provocado pela distância entre o que os professores aprenderam na universidade e a realidade vivida nas salas de aula (uma experiência que potencialmente pode ocorrer com professores em qualquer parte do mundo), como chega a afirmar que a escola seria um padrão civilizatório importado para a América portuguesa/Brasil e, como tal, ainda se ressentiria de uma dificuldade de adaptação²¹. Mesmo correndo o risco de fazer uma avaliação tópica, não deixa de ser impressionante que Fernandes o escreva, já que este autor transmite outra noção da universalidade do conhecimento. Em um artigo do sociólogo José Maurício Domingues, este anota que “Alguns [pensadores], como Florestan Fernandes, sequer viam legitimidade em teorias feitas aqui [no Brasil]”²².

1.1.3 Quarto momento: o artigo “As idéias fora do lugar” e suas repercussões

Publicado originalmente nos Cadernos CEBRAP²³, uma das mais influentes reflexões sobre a distância entre os paradigmas “estrangeiros” e a realidade brasileira foi a do teórico literário Roberto Schwarz, que de certa forma (re)iniciou essa polêmica, a partir de um estudo de aspectos da obra do escritor Machado de Assis²⁴. Examinando textos políticos e manifestos contemporâneos ao escritor, Schwarz chamou a atenção para uma percebida inadequação entre a realidade social brasileira e os sistemas de pensamento correntes na época (importados da Europa e Estados Unidos).

Para os observadores contemporâneos a Machado, ora a realidade seria a degenerada, ora seria o sistema de pensamento o abominável (p.151). “É claro que a liberdade de trabalho [era] (...) ideologia na Europa também”, escreve Schwarz, “mas lá correspondiam às aparências” (p.151). Aqui, a

²⁰SORJ. *Op.cit.* A citação é das páginas 91-93.

²¹FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*.- São Paulo: Dominus: Ed. da Universidade de São Paulo, 1966. A referência ao distanciamento entre o ensinado nas universidades e a realidade vivida encontra-se na página 119. Já o comentário sobre o padrão civilizatório importado está nas páginas 74 e 75.

²²DOMÍNGUEZ, José Maurício. *Aproximações à América Latina: desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. A citação é da página 9.

²³Para uma contextualização do CEBRAP enquanto instituição, ver o ensaio “O CEBRAP nos anos 70” IN SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. pp.9-82.

²⁴SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. IN Estudos CEBRAP (3), jan 1973. Todas as indicações ao número de páginas na exposição que segue sobre o pensamento de Schwarz neste texto remetem-se a tal.

disparidade entre as ideologias importadas e a realidade obrigaria a maiores hipocrisias, e essas mesmas ideologias acabariam por ser motivo de rancor e vergonha, “pois não serviam para nada. Mas eram adotadas também com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e distinção” (p.159).

Sempre segundo Schwartz, alguns dos intelectuais da época, como o teórico literário Sylvio Romero, falavam da necessidade de reconhecimento dos problemas brasileiros através da adoção de ideologias mais adequadas, embora as soluções propostas continuassem a vir também da tradição contemporânea do Ocidente “central”. Segundo Schwarz, haveria uma falha nesse projeto, de modo que a

distância é tão clara que tem graça a substituição de um arremedo pelo outro. Mas é também dramática, pois assinala quanto era alheia a linguagem na qual se expressava, inevitavelmente, o nosso desejo de autenticidade (p.158)

Para Schwarz, as mudanças de ideologia no Brasil seriam como modas, em pouco ou nada acompanhando mudanças sociais na realidade brasileira.

Schwarz chamou a atenção para como a lógica escravista e a lógica do favor, presentes em todos os setores da realidade brasileira do período analisado, teriam se introduzido dentro da ideologia liberal, esvaziando esta completamente de sentido prático (p.156). Schwarz cita o exemplo da arquitetura do período do Império, em que os edifícios eram projetados e construídos tentando afastar a realidade social circundante (p.157). Acerca do favor, Schwarz destacaria que este, presente em todos os ofícios e profissões do Império (p.153-4), teria uma utilidade social no uso da ideologia liberal: tanto para o fraco quanto para o forte, haveria aí um componente de auto-estima no uso desta ideologia; isso teria contribuído para um desinteresse por parte dos brasileiros em denunciar outros grupos que compartilhassem da ideologia liberal (p.155-6). As ideias europeias seriam usadas, assim, para justificar as arbitrariedades próprias da realidade brasileira (p.154).

Schwarz destaca que o processo de independência foi feito em nome de ideias estrangeiras, e que “este conjunto ideológico iria chocar-se contra a escravidão e seus defensores, e o que é mais, viver com eles” (p.152). Para Schwarz isso não importava na época: “O teste da realidade não parecia importante” (p.153). Esse descompasso desconcertante teria origens, para Schwarz, nas condições sócio-econômicas brasileiras.

Schwarz chega a afirmar: “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe idéias europeias, sempre em sentido impróprio” (p.160). Afirma também:

Note-se de passagem que é a ideologia da independência que vai transformar em defeito esta combinação [de dependência econômica dos mercados mundiais e de vida ideológica fora do ritmo europeu]; bobamente quando insiste na impossível autonomia cultural, e profundamente, quando reflete sobre o problema (p.158) Note-se de passagem que este padrão iria repetir-se no séc. XX, quando por várias vezes juramos, crentes de nossa modernidade, segundo as ideologias mais rotas da cena mundial. (p.156) Para as artes, no caso, a solução parece mais fácil, pois sempre houve modo de adorar, citar, macaquear, saquear, adaptar ou devorar estas maneiras e modas todas, de modo que refletissem, na sua falha, a espécie de torcicolo cultural em que nos reconhecemos. (p.159)

Depois de um breve comentário sobre o fato da originalidade e a força da literatura russa se darem em parte devido a um descompasso semelhante entre as realidades sociais e as ideologias em voga na época e a percepção destes descompassos (p.160), Schwarz diz que tentou

uma solução diferente: especificar um mecanismo social, na forma como ele se torna elemento interno e ativo da cultura; uma dificuldade inescapável – tal como o Brasil a punha e a repunha aos seus homens cultos (p.161)

Para Schwarz,

O que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada (p.159).

O artigo de Schwartz teve imensa repercussão, o que é evidenciado por uma série de respostas, a mais famosa e influente das quais talvez seja a da filósofa Maria Sylvia de Carvalho Franco, na forma de entrevista intitulada “Cultura e Dependência: a questão das ‘idéias fora do lugar’”²⁵, em que analisa de forma profundamente crítica o que chama de “a teoria das idéias fora do lugar”.

A reflexão de Franco começa por denunciar uma forma de perceber a história estabelecendo relações de causalidade entre a metrópole, o progresso e o desenvolvimento, de um lado, e a colônia, o atraso e a dependência de outro. Para Franco, essa concepção de perceber os processos históricos observa discretamente a realidade (ou seja, compartimentando-a) e estabelecendo diferenças essenciais entre o centro e a periferia (p.61). Toda esta concepção teria uma série de dificuldades; especificamente para a teoria das ideias fora do lugar, haveria a dificuldade de como a adoção das ideias na Europa teria se dado entre as elites brasileiras; não haveria um aparato cultural de imensas proporções, como existe hoje, que poderia causar a assimilação destas ideias; o mero prestígio social seria motivo insuficiente para explicar tal razão, segundo Franco, bem como o seria a hipótese de mera transmigração pelas consciências (p.62). Franco chama a atenção para as bases materiais da realidade brasileira, que existiam na época; nesta realidade, segundo Franco, o favor seria um fruto local, brasileiro, facilitado pelas condições jurídicas predominantes (p.63). Haveria aí um uso social da ideologia, a luz da qual a racionalidade e as relações sociais construídas se tornariam mais compreensíveis.

Uma reflexão sobre o pensamento brasileiro que procura alcançar suas relações com a história não escapa de questionar seu alcance político. Isso compreende tanto a tarefa de identificar os supostos sociais do pensamento, as ideias transferidas das situações concretas para o texto teórico, quanto o trabalho de apontar as implicações incrustadas nos próprios procedimentos de conhecer, na própria forma como se articula o discurso (p.63)

Por fim, para Franco, haveria nessas concepções dualistas da realidade social brasileira uma tendência ao maniqueísmo com claros objetivos políticos (p.64).

A resposta dada por Franco não foi a única (embora, sob alguns aspectos, tenha sido considerada a mais importante): escreveu-se e debateu-se muito acerca da questão. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, publicou uma obra cujo próprio título já faz menção ao debate²⁶; e a

²⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Entrevista “As idéias estão no lugar”, antecedidas por texto “Cultura e Dependência: a questão das ‘idéias fora do lugar’”. Cadernos de Debate no.1, 1976, pp.59-64. Todas as referências ao pensamento da autora referem-se a este artigo.

²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento*. CADERNOS CEBRAP 33. Petrópolis: Editora Vozes/CEBRAP: 1980. Note-se que não é impossível que o trabalho de Cardoso contenha também uma referência a obra do economista Gunnar Myrdal, *Economic theory and under-developed regions* (Londres: Gerald Duckworth & Co. Ltd. 1957. O livro de Myrdal constava da lista de Política Internacional do CACD em 2004 e 2005.)

palestra convertida em artigo “A invenção do iluminismo”²⁷ de Emília Viotti da Costa, é apontado por alguns autores como uma conciliação de posições diversas no debate sobre o uso da ideologia liberal no Brasil. Neste texto, a autora sugere que os acadêmicos brasileiros idealizam as realidades acadêmico-institucionais dos países centrais (ela se refere especificamente aos Estados Unidos, onde trabalhou e pesquisou). Assim, práticas como a necessidade de cartas de recomendação para publicar artigos existiriam lá, demonstrando existir uma lógica do favor permeando também aquele mundo. O artigo de Costa tem várias ideias interessantes e é merecedor de atenção; não obstante, esta consideração, como vimos, já estava prevista no artigo de Schwartz.

Mesmo sem expressamente mencionar a fonte, parece bastante razoável considerar que o cientista político Bolívar Lamounier, em trabalho sobre o pensamento autoritário pré-1930 no Brasil²⁸, é influenciado por Franco no debate em questão. Por exemplo:

Ingênua, e sobretudo carente de perspectiva histórica, no caso, é a própria crítica, não percebendo que a imitação, de fato existente, indicava a sintonia desses intelectuais com uma transformação histórica de grandes proporções, convencionalmente descrita como a passagem do Estado gendarme ao Estado intervencionista²⁹.

Lamounier, aqui está chamando a atenção para a “utilidade social da imitação” – o mesmo aspecto ressaltado por Franco. Segundo Ricardo Silva, o mesmo faria Alberto Guerreiro Ramos, ao criticar Oliveira Vianna:

Em “Administração e estratégia de desenvolvimento”, Guerreiro Ramos (1978) chama a atenção para o equívoco de Oliveira Vianna, Uruguai e tantos outros em considerar como um mero formalismo sem resultados práticos a adoção de modelos constitucionais estrangeiros durante o período imperial. Acusa esses autores (com os quais simpatiza em muitos aspectos) de não compreenderem os interesses concretos que se abrigavam sob o manto do formalismo. Esta linha de crítica é desenvolvida por Lamounier (1981)³⁰.

Assim, a posição de Franco na verdade prossegue a de Guerreiro Ramos, sem que esta autora (Franco) cite o argumento de Guerreiro Ramos. Esse dado parece constituir uma evidência, não só de que o mesmo argumento poderia ser usado por duas posições completamente diferentes na disputa (Guerreiro Ramos sendo a favor de uma “aclimatação dos paradigmas estrangeiros”, Franco assumindo posição contrária a necessidade desta aclimatação, alegando de que tais paradigmas desempenham funções na sociedade brasileira diferentes das funções desempenhadas nas sociedades para as quais foram originalmente formuladas, o que restringe bastante a eficácia da crítica), mas também de que não parece existir cumulatividade ao longo do debate.

1.1.5 Quinto momento: o “cosmopolitismo paroquialista” da academia brasileira, segundo Bernardo Sorj

²⁷COSTA, Emília Viottida. “A invenção do Iluminismo”. IN COGGIOLA, Osvaldo. *A revolução francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo(?): EDUSP, 1991.

²⁸LAMOUNIER, Bolívar. “Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma Interpretação.” IN: FAUSTO, Bóris. (org) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 2º. Volume (sociedade e instituições). São Paulo: DIFEL, 1985 (?). pp. 343-374. Retomaremos o texto de Lamounier mais adiante. (A obra conjunta HGCB consta na lista de História do Brasil do CACD, de 1996 a 2004.)

²⁹LAMOUNIER. *Op. cit.* A citação é da página 371.

³⁰SILVA, Ricardo. *A ideologia do estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004. A citação é da página 101, nota 14. O texto de Lamounier remetido é aquele referido acima.

Algumas considerações teóricas, especificamente sociológicas, desenvolvidas por Bernardo Sorj, foram veiculadas no ensaio “Pensando o Brasil: a (des)filiação do saber”, em uma obra sobre a intelectualidade acadêmica brasileira contemporânea³¹, tendo nos dado alguns dos contornos das percepções expressas neste capítulo, e devendo por isso ser expostas com especial atenção (para que se torne consciente parte do paradigma com que estamos lidando).

Para Sorj, existiria uma necessidade recorrente na academia e na sociedade brasileira como um todo de desmistificar o espaço da produção das ideias, que seria recorrentemente retratado como um mundo desencarnado (p.85).

Sorj afirma, como vimos, que ao menos desde os anos 1950 haveria no Brasil uma discussão sobre os limites da universalidade e da particularidade do conhecimento local no campo das ciências sociais, e que esta se daria de forma especialmente visível num debate que teria ocorrido entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos (p.92), já citado. Para Sorj, estaria em marcha uma crise dos paradigmas generalizadores, na medida em que estes explicitariam valores até então ocultos, que estariam agora sendo revelados (p.97); estaria ocorrendo uma reemergência, no campo das ciências sociais, das referências a sociedades nacionais, e da percepção de um certo enraizamento no objeto de estudo (p.98).

O autor afirma também que

Nas situações em que cada geração procura refundar as bases de produção do conhecimento, existe pouca cumulatividade e enriquecimento conceptual, já que o conhecimento social se constitui na forma de debate e contraposição a posições precedentes. (p.101)

Segundo Sorj, a reflexão latino-americana (incluindo aí a brasileira) se daria sempre olhando o centro, sem cumulatividade (p.101-2). O intelectual latino-americano tenderia a ser cooptado para ocupar a figura do mandarim, que seria, segundo Sorj, aquele a quem, de forma pouco crítica, aplica o conhecimento desenvolvido no centro as realidades locais, inferindo com isso um renome derivado de seu contato com o centro (p.102). Para Sorj, de forma irônica, seria nas zonas periféricas que se encontrariam os intelectuais de formação mais completa e cosmopolita, de formação combinando as tradições alemã, anglo-saxã e francesa; em situações excepcionais, algum campo artístico ou científico da periferia teria acumulado os requisitos para dialogar criticamente com o campo central; para Sorj, no caso brasileiro, a música estaria nesta condição (p.103). No caso específico brasileiro, esta situação seria agravada pela crença de que o “país do futuro” pouco teria a ganhar das gerações anteriores e que o Brasil é um país a ser periodicamente inventado, tanto na esquerda quanto na direita (p.104).

Isso teria colaborado para constituir no Brasil uma espécie de um “paroquialismo cosmopolita”, que manter-se-ia atualizado com o debate intelectual dos países centrais, mas não com aqueles dos países vizinhos (p.109). Haveria uma situação de desenvolvimento democrático e econômico que não seria acompanhada por um desenvolvimento intelectual (p.110).

1.1.6 A guisa de comentário acerca dos cinco momentos do primeiro tópico

Como vimos, a denúncia de que existe uma distância entre os paradigmas estrangeiros e a realidade social brasileira é recorrente. Destacamos aqui que não acreditamos ter ela cumulatividade, exceto, muito pontualmente, na medida em que as denúncias anteriores são transformadas em tópicos dos ensaios e artigos mais recentes.

³¹SORJ, Bernardo. *Construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. As demais referências a números de páginas e citações neste parágrafo remetem a esta obra.

Tendo afirmado não existir cumulatividade neste processo, não estamos afirmando com isso que não existe historicidade neste processo: para usar um termo sofisticado, cada uma destas denúncias, bem como suas respostas, são contingentes, influenciados pelas ideias correntes e pelos padrões e objetivos sociais do Brasil contemporâneo a tais críticas. A noção das “ideias fora do lugar” também tem sua história, embora, repetimos, pareça não ter cumulatividade discernível.

Destacamos que facilmente poderíamos multiplicar os exemplos; acreditamos que os elencados, não obstante não serem todos, são talvez os mais importantes da história brasileira na área de ciências humanas. É bem possível que a noção das “ideias fora do lugar” nunca tenha sido completamente suprimida, a despeito do combate que recebem as denúncias que a veiculam e do esquecimento que tende a recobrir tais discussões.

Tendo exposto a situação brasileira, passemos a uma consideração da história intelectual da América espanhola.

2. Segundo tópico: semelhanças e diferenças entre o Brasil e a Hispano-América

O respeitado pesquisador Gerald Martin, professor de Literatura da Universidade de Pittsburg, escreveu ensaios sobre a literatura, as artes e a música na América Latina, na obra organizada por Leslie Bethell.

Escrevendo acerca de um período anterior, as reflexões de Martin são de grande valor para refletirmos acerca do componente propriamente social na formação intelectual dos latinoamericanos. Martin escreve:

Embora o período entre 1780 e 1830 tivesse visto muitos intelectuais latino-americanos viajarem para a Europa (e para os Estados Unidos), poucos, salvo os aristocratas brasileiros, conseguiram, nas décadas posteriores a 1830, ganhar experiência direta do continente – cujas ideias filosóficas e modos artísticos eles, não obstante, continuavam, inevitavelmente, a adotar e imitar. Talvez essa seja a verdadeira explicação para a aridez e pretensa “inautenticidade” de grande parte da expressão artística latino-americana, entre a década de 1820 e a de 1870 (com exceção parcial do Brasil): não tanto porque as formas européias não se adequavam à realidade latino-americana, como habitualmente se afirma, embora essa continue sendo, certamente, uma consideração teórica importante; mas principalmente porque os próprios escritores e artistas latino-americanos não eram plenamente capazes de habitar essas formas; e, se por falta de experiência viva, não podiam dominar as formas estrangeiras, dificilmente seriam capazes de aplicá-las a sua própria realidade autóctone com alguma convicção³².

Martin prossegue:

Este caráter dual da inautenticidade dos escritores latino-americanos derivava de uma dupla falha de assimilação. Quanto mais “autêntico” fosse de fato um artista latino-americano – isto é, quanto menos fosse afetado pela Europa – mais inautênticas suas obras tinham probabilidade de parecer, com raras exceções, como José Hernández. A mudança decisiva somente teria lugar após o modernismo (parnasianismo-simbolismo no Brasil), da década de 1880 à década de 1910, porque em sua maior parte esse movimento apenas inverteu o processo: com a melhoria nas comunicações (o que, por

³² MARTIN, Gerald. *A Literatura, a Música e a Arte na América Latina da Independência a 1870*. In BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Vol.3: Da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2001, p.829-874. A citação é das páginas 873-4.

sua vez, derivava da maior integração da América Latina no sistema econômico internacional), os escritores se tornaram mais hábeis no uso das ferramentas da literatura – a linguagem e as idéias – mediante o compartilhamento das experiências dos europeus que tendiam a imitar, mas estavam em sua maioria alienados demais de sua própria realidade – ou porque realmente vivessem na Europa, ou porque estivessem, às vezes, literalmente, morrendo de vontade de ir para lá – para aplicar as novas ferramentas aos materiais nativos. O último processo só esteve em andamento na década de 1820 (sic).³³

A figura do intelectual latino-americano profundamente afetado pela idealização da Europa integra não só na literatura latino-americana de décadas posteriores, como evidencia este trecho de *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Márquez, em que um personagem colombiano tímido e dado aos estudos, Aureliano, é objeto de curiosidade por parte de um europeu visitante, Gastón:

Satisfazia-se em evocar com ele os lugares mais íntimos da sua terra, que Aureliano conhecia como se estivesse estado nela por muito tempo. Quando Gastón lhe perguntou como tinha feito para obter informações que não estavam na enciclopédia, recebeu a mesma resposta que José Arcadio: “Tudo se sabe”³⁴

Como também o era na literatura de viagem produzida por europeus passando pela América Latina, como o episódio relatado por Claude Lévi-Strauss em *Tristes Trópicos*, que teria ocorrido em sua passagem pelo Brasil:

“Ah!, o senhor é francês? Ah!, a França! Anatole, Anatole!”, exclamava, transtornado, enquanto me abraçava, um velho duma povoação do interior e que nunca encontrara nenhum compatriota meu.³⁵

Gerald Martin prossegue:

Dito isso, é importante não repetir os lugares-comuns da maior parte da crítica latino-americana, rejeitando implícita ou explicitamente tudo aquilo que não se conforma ao gosto “europeu”, na capacidade e produção artística e literária, especialmente porque muitas das deficiências percebidas nessa arte provêm justamente do esforço para imitar esses modelos distantes. Além disso, a própria arte européia pareceria muito diferente se se contasse sua história sem referências aos conceitos de “obras-primas” ou “obras de gênio”. A realidade histórica da América Latina sempre produziu a expressão cultural apropriada da América Latina: se boa parte dessa arte, particularmente a do século XIX, parece agora ter deformado ou camuflado as realidades latino-americanas, *então essa é em si mesma uma realidade latino-americana pela qual os artistas não podem ser considerados os únicos responsáveis*. Se os críticos ou os historiadores se vêm “desapontados” pelo que encontram na arte e na literatura da América Latina desse período, compete-lhes explicar o que esperavam encontrar e com base em que pressupostos. Mais ainda do que em outros contextos, é sua tarefa e dever compreender o movimento e a direção da história cultural da América Latina, que sempre foi, para todo artista, simultaneamente a busca de uma auto-expressão pessoal, nacional e continental, que abrirá o caminho de um passado colonial para um futuro mais livre e

³³MARTIN, Gerald. *Op.cit.* A citação é das páginas 873-4.

³⁴GARCIA MARQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. 4ª.ed. Editora Sabiá: Rio de Janeiro, sd. A citação é da página 335.

³⁵LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Edições 70, Lisboa, sd. A citação é da página 25.

melhor. Em nenhum outro momento as esperanças e desilusões dessa busca estão mais bem exemplificadas do que no início do período nacional³⁶.

A passagem é rica em reflexões sobre a situação da cultura na América Latina, e quase dispensa comentários. Uma série de observações que Martin faz acerca da literatura para os períodos que analisa perduram de uma forma ou de outra por décadas após seu término. Antes de voltar a Martin, em outro artigo que o pesquisador expôs sobre um período mais adiantado, propomos uma rápida incursão em um artigo sobre a história das ideias políticas e sociais na América Latina, do professor Charles Hale, professor de História na Universidade de Iowa. Interessam-nos dois aspectos na exposição de Hale no artigo intitulado “As ideias políticas e sociais na América Latina, 1870-1930” (que é bastante interessante e mereceria uma apresentação mais pormenorizada, que não faremos aqui). O primeiro é sua posição a respeito do significado da apropriação destas ideias. Hale afirma que

As ideologias, os programas políticos e as teorias sociais do século XIX, embora “europeus” em termos intelectuais, eram, não obstante, distintivos e autenticamente “latino-americanos”, em parte porque surgiram em nações politicamente independentes. Rejeitar ou depreciar essas ideias políticas e sociais, acusando-as de “imitativas” ou “derivativas”, ou de meras racionalizações dos interesses econômicos de uma classe dirigente dependente, é tornar insignificante o que na época era considerado altamente importante e distorcer o nosso entendimento da história latino-americana³⁷.

Embora concordemos em parte com Hale, e compartilhemos seu esforço de lembrar os riscos do anacronismo, acreditamos que esta contribuição não explica realmente o porquê não terem sido criados sistemas políticos a partir das experiências sociais latinoamericanas.

O segundo aspecto que gostaríamos de destacar aqui é que Hale afirma constantemente que o Brasil seguiu ritmos distintos em termos políticos da realidade brasileira, em particular nas décadas de 1920, quando a República Velha, quando houve na América Espanhola uma tendência a democracia liberal, ao passo que no caso brasileiro, o mesmo não se deu.

A força e a longevidade da Velha República teve o anômalo efeito dual de inibir a democracia liberal e o socialismo e, ainda assim, de atrair a crítica do sistema republicano. Embora tenha persistido na educação e no pensamento social. O positivismo levou cada vez mais a uma ênfase “sociológica que contestava o cosmopolitismo intelectual e procurava criar instituições sintonizadas com a sociedade e as tradições do Brasil. A combinação de nacionalismo cultural, sociologia e crítica política veio à tona em poderoso apelo a uma “nova obra de construção”, assinado por uma dúzia de intelectuais proeminentes, que em 1924 escreviam como “a geração nascida com a República”, que eram admiradores explícitos de Alberto Torres³⁸.

Não analisaremos aqui pormenorizadamente o trabalho de Gerald Martin acerca das artes, da literatura e da música na América Latina entre 1870 e 1930 (o trabalho de Martin que nos referimos anteriormente era de 1820 a 1870). O que nos interessa em Martin não é sua afirmação recorrente de

³⁶ MARTIN, Gerald. *A literatura, a música e a arte na América Latina da Independência a 1870*. IN BETHELL, Leslie. *História da América Latina. Vol.3: Da Independência até 1870*. São Paulo: Edusp, 2001, p.829-874. A citação é das páginas 873-4. Os grifos são nossos.

³⁷HALC. Volume IV, páginas 331-2.

³⁸HALC. Volume IV, páginas 410-411.

que o Brasil é idiossincrático dentro da América Latina: na sua análise cuidadosa, também a Argentina, o Uruguai, o Chile, o Peru, a Colômbia, a Venezuela e o México são todos e cada qual idiossincráticos quando se examinam os detalhes de suas trajetórias culturais nacionais. O que nos interessa em Martin é sua constante afirmação de que o Brasil seguiu um ritmo distinto de seus vizinhos falantes de espanhol, em alguma medida menos heterogêneos entre si devido ao constante intercâmbio e troca no interior das fronteiras do idioma espanhol (dentro dos limites marcados pelo idioma espanhol?). As influências entre Brasil e a América espanhola são raras no período analisado (ainda que autores argentinos, considerados europeus, gozassem de uma influência no Brasil que não parecem desfrutar hoje), mesmo que tivessem todas as ondas culturais que afetavam os hemisférios brasileiro e hispanoamericanos quase sempre as mesmas fontes no período por ele estudado: Paris e Londres (e, no caso particular das ideias políticas no Chile, Berlim). Havia entretanto algum sentimento de comunidade na América espanhola, sentimento que não era compartilhado pelo Brasil, não apenas por motivos subjetivos, mas também, por razões objetivas de recepção. Propomos que uma situação semelhante pode ser percebida também para as outras esferas da vida intelectual, como o pensamento social e político, inclusive partindo de comentários como os de Hale, citado acima.

Embora a afirmação possa parecer óbvia, e em alguns aspectos o é, ela pode ser indicada como a manifestação revista de um lugar-comum na historiografia e na mentalidade cotidiana: a de que o Brasil difere da Hispanoamérica por falar português. Em tempos em que uma aproximação entre o Brasil e a América de fala espanhola está em curso, afirmar que houve uma distância pode ajudar a superar dois preconceitos básicos: primeiro, o de que o Brasil não é parte da América Latina³⁹; segundo, que “a América Latina é uma coisa da esquerda”, mito que parece ligado a imagens como os revolucionários mexicanos da década de 1910, a revolução cubana, Che Guevara, movimentos indigenistas bolivianos, o chavismo na Venezuela, passando talvez por uma CEPAL (em sua fundação, bastante contestadora do *mainstream*do pensamento econômico), sediada em Santiago e liderada pelo argentino Raúl Prebisch.

Talvez não seja demais sugerir que o Brasil talvez tenha tido uma posição distinta da Hispanoamérica com relação a recepção da modernidade. Enquanto existia uma comunidade linguística falante de espanhol nos dois lados do Atlântico (e também no Pacífico, desde a Baja California mexicana até as Magallanes chilenas, alcançando também, mais timidamente, as Filipinas⁴⁰), de pensadores como Ortega y Gasset, Unamuno, Antonio Machado e Federico García Lorca refletindo incessantemente sobre como a Espanha poderia receber a modernidade (e por extensão produzindo reflexões que eram amplamente difundidas mundo de fala espanhola, aproximando as formas de recepção⁴¹), estas relações se dão de forma muito mais tímida entre o Brasil e Portugal, tanto europeu quanto ultramarino, especialmente após a década de 1890 – justamente um período em que aumenta a simpatia dos hispanoamericanos pela Espanha, devido a intervenção dos Estados Unidos na guerra entre Espanha e Cuba, conflito que acabou por formar a “geração de 1898” de intelectuais espanhóis, e que influenciou o cenário intelectual hispanoamericano, como pode ser visto na publicação da obra *Ariel*, do uruguaio Rodó, obra na qual a América Latina é apresentada como herdeira dos valores do espírito e da arte, ao passo que a América anglo-saxônica é retratada como lar do progresso material,

³⁹Notamos que isso está presente mesmo em autores contemporâneos consagrados. Por exemplo: “As chamadas teorias da transição democráticas constituíram, como se sabe, um dos filões mais ricos das ciências sociais *no Brasil e na América Latina* nas últimas décadas” AVRITZER, Leonardo & COSTA, Sérgio. “Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina” IN: DOMINGUES, José Maurício & MANEIRO, Maria (org) *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2006. Pp.53-82. A citação é da página 55 e os grifos são nossos.

⁴⁰Note-se que nesta reflexão passamos a nos referir apenas a Hispanoamérica e a Espanha ao referirmos ao mundo de fala espanhola, simplesmente por não conhecermos quase nada do paradigma intelectual filipino. (Pouco conhecemos além do que fala Benedict Anderson sobre José Rizal em *Comunidades imaginadas*.)

⁴¹Ortega y Gasset chega a ser citado numa tirinha de Mafalda.

sem freios. O processo de confecção da obra de Rodó deve ser lida dentro de uma chave mais ampla (inclusive tendo em conta o estranhamento provocado na república oriental pela chegada maciça de imigrantes e as discussões sobre como incorporá-los), mas a designação de seu autor como embaixador na Espanha, bem como a circulação de sua obra por toda a América Espanhola (um de seus discípulos mais criativos será um mexicano, José Vasconcelos), mostram que houve uma recepção de suas ideias por todo o mundo de fala espanhola, e mais marginalmente no Brasil.

De certa forma, o que estamos sugerindo é que o Brasil não contou com um “para-raios” intelectual para recepcionar as ideias produzidas na Europa central (França, Alemanha, Reino Unido) e nos Estados Unidos, ao contrário do que ocorria nos países da América Espanhola. É difícil pensar um evento em Portugal na primeira metade do século XX que tenha provocado uma repercussão tão profunda no Brasil quanto a Guerra Civil na Península produziu na América Espanhola. Embora haja menções a uma interação entre intelectuais portugueses e brasileiros (principalmente da Escola de Recife) no processo de constituição de um pensamento católico nos anos 1910, isso evidencia um relativo atraso por parte de Portugal quando comparado com a Espanha: as principais respostas para as perturbações sociais lusitanas parecem ter sido veiculadas através de um discurso essencialmente religioso, inclusive com aparições de Nossa Senhora de Fátima⁴². Os estudos sobre os intelectuais imigrantes portugueses no Brasil mostram um estranhamento crescente entre as duas nacionalidades, assinalado pelo fato que o interesse pelo Brasil só surge entre tais intelectuais depois da imigração, e ressaltado por um posterior “esquecimento institucional” da obra destes portugueses em histórias da imprensa no Brasil⁴³.

Nas décadas de 1920 e 1930, o único português contemporâneo que parece ter sido lido por autores como Sérgio Buarque de Hollanda ou Gilberto Freyre é o poeta Fernando Pessoa e seus heterônimos⁴⁴, e este processo de alheamento intelectual continuará e mesmo se acirrará ao longo do século XX. Oliveira Vianna usa como epígrafe um excerto de Eça de Queiros, e *Raízes do Brasil* emprega análises sobre *Mendes Fradique*, obra de Eça – mas este português, escritor além de diplomata de carreira, preocupado com questões de desenvolvimento de sua nação, tinha morrido em 1900 em Paris.

As discussões sobre o que significa um país estar num contexto periférico, semiperiférico ou central em autores da teoria do chamado “sistema-mundo” como Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein, raramente deslocam-se para a questão da produção intelectual efetuada nestes países, e quando de fato o fazem, é apenas para discutir a produção de discursos legitimatórios de uma determinada posição no sistema (líder no sistema, por exemplo). Discussões a respeito deste âmbito poderiam ser empregadas para analisar a capacidade de relativa predominância de potências emergentes ou “semi-periféricas” dentro de suas respectivas regiões, ou a sua incapacidade de angariar apoio – como a incapacidade brasileira de conseguir o apoio de outras nações latino-americanas para um assento permanente no Conselho de Segurança na Organização das Nações Unidas, incapacidade aliás histórica e que está entre os precedentes para a retirada brasileira da Liga das Nações efetuada em 1926, entre os quais se incluía a reticência institucional a concessão permanente de uma cadeira permanente no conselho diretivo da lista, sendo que na época, o Brasil tampouco dispunha do apoio do bloco latino-americano para sua pretensão⁴⁵.

⁴²MOURA, Carlos André Silva de. “Diálogos transoceânicos: A influência dos intelectuais portugueses no movimento de restauração católica no Recife (1910-1930)”. XIV Encontro Regional da ANPUH- Rio. Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. ISBN 978-85-60979-08-0.

⁴³SOUZA, Raquel dos Santos Madanêlo. “Um intelectual imigrante – Álvaro Pinto e o projeto de intercâmbio Brasil-Portugal”.

⁴⁴Um pensador da modernidade muito particular, que passou parte de sua infância na África do Sul por sua condição de enteado de diplomata, e, anotamos de passagem, enteado de um diplomata.

⁴⁵Norma Breda dos Santos; Eugênio Vargas.

Note-se que as discussões sobre a adequação das ideias compareciam na América Espanhola. Citaremos dois exemplos. Primeiro, o cronista, ensaísta literário e militante marxista peruano José Carlos Mariatégui, que, mais ou menos no mesmo período que Freyre e Buarque, escreve:

Frequentemente ouvem-se vozes de alerta contra a assimilação de idéias estrangeiras. Estas vozes denunciam o perigo de que se propague no país uma ideologia inadequada à realidade nacional⁴⁶.

Mariatégui mostra-se muito cômico do uso político por seus adversários de uma peruanidade ficcional que exclui uma ideologia estrangeira (o comunismo) e, depois de asseverar que uma nacionalidade em formação que não deve rarefazer ainda mais uma atmosfera intelectual já rarefeita e esboçar uma comparação com o movimento de Mustafá Kemal na Turquia, que reorganizava com sucesso seu país a partir de ideias estrangeiras, o autor pontua: “nenhuma idéia que frutifica, nenhuma idéia que se aclimata, é uma idéia exótica”⁴⁷.

Segundo exemplo: no espaço político chileno na década de 1970, algo semelhante surge nas discussões sobre a política e as ideologias:

Nos comícios eleitorais de 1970 o PN [Partido Nacional, de direita] expressou suas concepções por meio do documento “La Nueva República: respuesta al desafío de Chile”. Neste documento os nacionalistas apontavam a dicotomia “teorias estrangeiras versus realidade nacional”, identificando os partidos de esquerda e a própria DC [Democracia-Cristã] como “portadores de uma prática decadente e destruidora da nacionalidade”⁴⁸.

Ainda referindo-se ao Chile, uma pesquisadora brasileira, Márcia Carolina de Oliveira Cury⁴⁹, afirma que o estudo do pensamento socialista chileno é também o estudo do “encontro entre as particularidades da realidade local e a teoria marxista” (p.8), promovido por atores que “assimilaram o marxismo como concepção do mundo” (p.9). Ao fim de sua exposição, Cury faz referência a incapacidade dos intelectuais socialistas chilenos de classificar eficientemente as dinâmicas sociais como um dos motivos da derrocada do governo de Salvador Allende no Chile, em 1973 (p123-4), afirmando que houve, em alguns casos, mero transplante de concepções políticas (p.125).

Sobre o cosmopolitismo encontrado no pensamento latino-americano (como vimos, já referido por Sorj), poder-se-ia citar o cientista político Antonio Mitre⁵⁰, que expôs o estranho paradoxo de que o intelectual latino-americano era forçado no século XIX, pelas próprias condições de sua produção, a ter uma formação consideravelmente mais cosmopolita que os intelectuais escrevendo no “centro”: para um intelectual francês bastaria analisar a história francesa para estar escrevendo história universal, enquanto que o pensador latino-americano tinha que não apenas ser familiar com aquilo que estava

⁴⁶MARIATÉGUI, José Carlos. “O nacional e o exótico”. IN: MARIATÉGUI, José Carlos. *José Carlos Mariatégui: política*. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.) São Paulo: Ática, 1982. pp. 100-103.

⁴⁷MARIATÉGUI, José Carlos. *José Carlos Mariatégui: política*. BELLOTTO, Manoel Lelo & CORREA, Ana Maria Martinez (orgs.) São Paulo: Ática, 1982. A citação é da página 103.

⁴⁸KALLÁS, Ana Lima. *A paz social e a defesa da ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Dissertação de Mestrado em História Social. A citação é da página 69, nota 138.

⁴⁹CURY, Márcia Carolina de Oliveira. *Júlio César Jobet e a cultura política do socialismo chileno (1957-1973)*. Dissertação de mestrado em História. Franca: UNESP, 2007. Todas as referências a número de páginas no parágrafo seguinte referem-se a esta obra.

⁵⁰Em aula ministrada sobre o pensamento político hispano-americano na graduação do curso de ciências sociais da UFMG.

sendo produzido no “centro”, para ser aceito pelo seu público e seus pares, quanto também aquilo que estava acontecendo em sua própria nação.

3. Terceiro tópico: considerações sobre os “lugares” das “idéias fora do lugar”

Expusemos nos tópicos e subtópicos anteriores abordagens e considerações que acreditamos serem proveitosas para a discussão, que aliás talvez ganhasse em ser analisada caso a caso. Aproveitando a figura jurídica, lembramos aqui que, mais do que (e principalmente “antes de”) emitir um veredicto acerca dos diferentes posicionamentos, nos interessa descrevê-los e apresentá-los.

Ao optarmos por expor a temática nestes termos, vimos que existe uma miríade de “denúncias” a problemática das “idéias fora do lugar”, assim como um número significativamente menor de respostas. Interessantes não apenas em si, esta questão também é a forma como elegemos para analisar nosso objeto.

O historiador das idéias econômicas E. K. Hunt, no prefácio da obra *História do pensamento econômico*, escreveu: *acredito que as teorias sociais e os processos sócio-históricos são interligados. Teorias são baseadas em eventos e circunstâncias sociais em processo, do mesmo modo que deles surgem, refletem-nos e procuram explicá-los*⁵¹. A partir desta perspectiva, podemos tecer uma reflexão acerca da posição de produção das contribuições sociológicas de importância universal. Tais contribuições muitas vezes descrevem dinâmicas que estão se desenvolvendo nas sociedades de origem: por exemplo, a crescente burocratização da política na Alemanha, descrita e analisada por Max Weber, ou as vitais contribuições para a sociologia das elites feitas pelos italianos no final do século XIX e começo do século XX (Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, e mesmo toda a importância atribuída por Antonio Gramsci a questão dos processos de justificação da hegemonia social) num momento em que o papel das elites para a constituição de uma nação política italiana coerente era fundamental. Ao refletirem criticamente sobre tais processos, estes autores escreveram “clássicos” que merecem ser lidos. Propomo-nos a referir-nos a um processo que, embora provavelmente aplique-se também a todas as partes do mundo, parece repetir-se com grande frequência no Brasil a julgar pela bibliografia.

Não é impossível que, ao reunir os subsídios para empreender uma reflexão a respeito da recepção e da adequação das ideias estrangeiras no Brasil, estejamos contribuindo para uma compreensão melhor de dinâmicas intelectuais e sociais brasileiras – com um escopo que ultrapassa vastamente este trabalho.

Diante de considerações sobre o tema das “ideias fora do lugar” (para usar uma nomenclatura posterior), o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos afirmou a necessidade de uma “sociologia nacionalista”, engajada socialmente e que fosse capaz de produzir subsídios para a transformação sócio-política do Brasil a partir de um paradigma adequado. (Note-se que Guerreiro Ramos não era o único a fazê-lo, sendo que seu rival acadêmico, Florestan Fernandes, manifestaria ideias muito similares a respeito da questão do engajamento político, tendo sido, assim como Guerreiro Ramos, embora em momentos muito distintos, eleito deputado federal, o que evidencia um transbordamento das questões especificamente acadêmicas para a vida política *strictu sensu*.) Embora não desmereçamos tal perspectiva, esta não é a adotada neste trabalho. Em parte, porque escrevemos em um contexto social diverso – o Brasil transformou-se, foi transformado e de múltiplas formas o mercado, a sociedade civil e as instituições estatais compuseram um palimpsesto muito diverso daquele existente nos anos 1950.

Nossa perspectiva aqui é a de que é necessário descrever, o mais objetivamente possível, os processos que observamos. Fazemos uso das reflexões desenvolvidas pelos autores, contextualizando-as, sempre que possível.

⁵¹ HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 7ª. Edição: Rio de Janeiro: Campus, 1981. A citação é da página 21.